



A EDUCAÇÃO SUPERIOR VOLTADA PARA O MERCADO DE TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Maria Aparecida Garcia Moura ¹

RESUMO:

A educação tem se configurado na contemporaneidade, como importante fonte de riqueza, assumindo características mercadológicas, para atender as necessidades de reprodução do sistema capitalista, ocorrendo uma fragilização do acesso ao conhecimento enquanto direito e um distanciamento do objetivo de possibilitar a construção do saber crítico. Nesse sentido, o presente artigo discute a educação de nível superior frente às determinações do capitalismo, com objetivo de explanar os reflexos desse contexto na formação profissional do Serviço Social, circunstância que tem resultado em sérias ameaças ao seu projeto de formação, por conseguinte ao seu projeto profissional.

Palavras-chave: Educação, Capitalismo, Formação Profissional e Serviço Social.

ABSTRACT:

Education has set in contemporary times, as an important source of wealth, assuming marketing features to meet the needs of reproduction of the capitalist system, causing a weakening of knowledge access as a right and a move away from the goal of enabling the construction of critical knowledge. Accordingly, this article discusses the higher education front to determinations of capitalism, aiming to explain the consequences of this in the context of professional social work training, a circumstance that has resulted in serious threats to your project training, therefore its professional design.

Keywords: Education, Capitalism, Vocational Training and Social Services.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ma.aparecida3@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

Considerando o sistema capitalista, sabe-se que o mesmo cria diversas estratégias para extração e acumulação de riquezas e o seu conseqüente fortalecimento. Sendo assim, na atualidade a educação tem sido percebida por esse sistema como importante meio para essa finalidade, não só como oferta de serviços, mas também como ambiente de capacitação de indivíduos para o atendimento das determinações e necessidades de reprodução do sistema capitalista.

Nesse contexto, a educação de nível superior tem sido gerida de maneira a descaracterizar o seu acesso enquanto direito, em virtude da expansão do setor privado. No que concerne ao Brasil, o ensino superior tem sido alvo das parcerias entre público e privado para sua ampliação, o que impulsiona o empresariamento da educação, no qual a educação assume o caráter de serviço, tendo como conseqüências a precarização do trabalho docente e a falta de investimento nas universidades públicas.

Sendo assim, esses aspectos influenciam diretamente no processo de formação profissional do Serviço Social, com a expansão da oferta de cursos sem ser acompanhada do ensino de qualidade que propiciem a apreensão do conhecimento próprio do Serviço Social. Nessas circunstâncias, tendo como resultado a formação de profissionais acríticos, desprovidos de competências e habilidades precisas para identificar e exercer as atribuições do assistente social, estas indispensáveis para atender as demandas sociais.

2. A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA FRENTE ÀS DETERMINAÇÕES CAPITALISTAS: uma reflexão sobre o processo de “capacitação” para o trabalho

Na contemporaneidade, gestou-se uma série de exigências de aperfeiçoamento profissional para suprir as necessidades do mercado. Nesse cenário, os sujeitos buscam de maneira incessante tal qualificação. Circunstâncias determinadas pelo capitalismo, para que os sujeitos se adequem ao perfil profissional necessário para preservação da sua dinâmica, fato que tem alimentado um novo empreendimento do mercado, que passa a perceber a educação como fonte de riqueza.



A problemática que se gera, refere-se à questão de haver episódios em que o processo de formação não atende as condições necessárias para uma formação de qualidade, podendo gerar-se um número elevado de profissionais no mercado, que não dispõem da apropriação do conhecimento específico de sua profissão. Assim, forma-se um “exercito de reserva” que se distancia do propósito social das profissões e que prejudicam suas conquistas enquanto categorias, mas que alimenta o sistema capitalista por meio da exploração do trabalho.

Tal conjuntura possui entre seus fatores determinantes, a acumulação flexível do capital, que segundo a compreensão de Bernheim e Chauí (2008, p. 10) com base na concepção de David Harvey, apontam como efeitos dessa acumulação,

[...] a fragmentação e a dispersão da produção econômica, a hegemonia do capital financeiro, a extrema rotatividade da mão-de-obra, a vertiginosa obsolescência das qualificações para o trabalho como consequência incessante de novas tecnologias, o desemprego estrutural causado pela automação e pela rotatividade da mão-de-obra, a exclusão social, econômica e política. [...].

Percebe-se que esses aspectos influenciam diretamente na relação entre mercado e a classe trabalhadora, gerando “uma extrema rotatividade de mão-de-obra”, que se dá tanto por haver um público disposto a trabalhar conforme as inadequadas condições de trabalho estabelecidas pelo capital, quanto por existir exigências constantes de qualificação para lidar com as novas tecnologias. Essas circunstâncias geram a desvalorização da classe trabalhadora e aumento do desemprego, contribuindo para o agravamento da questão social.

Por conseguinte, se instaura na sociedade um processo de adequação da educação às determinações capitalistas. Logo, o acesso ao conhecimento como um bem público passa ser visto como um objetivo a ser alcançado para ascensão individual, que para ser conquistado depende do esforço de cada indivíduo e sua consequente empregabilidade.

No que concerne à educação de nível superior no Brasil, esta tem seus desafios intensificados na década de 1990, com a implantação da política neoliberal no país, que influencia o âmbito universitário. Segundo Silva (2010), a partir desse momento, se instaura no Brasil um processo de contrarreforma do Estado, havendo uma redefinição das funções estatais, que representa um “rebaixamento” no que se refere ao oferecimento de serviços públicos e um incentivo para a abertura de serviços privados. Portanto, o termo “reforma” é de cunho ideológico neoliberal, uma vez que visava explicar, mas que na verdade camuflava



o processo de privatização do bem público, aspectos que refletem na educação, na qual o ideal de universidade pública e de qualidade encontra-se fortemente ameaçado.

Nesse contexto de contra reforma no Brasil, ocorrem influências diretas na educação, especialmente a de nível superior, com expansão da sua privatização, e um desmazelo quanto à universidade pública, sendo alvo de precarização e fragilização do seu propósito social. Dessa forma, a universidade pública no Brasil vivencia um momento de turbulência e incertezas relativas ao acesso à educação, que contradiz com sua finalidade de contribuir para o desenvolvimento social.

É no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conforme Cislighi (2011) se insere na contrarreforma do Estado, a contrarreforma da universidade, se instaurando no país movimentos sociais vinculados à universidade e à educação que lutam em defesa da universidade pública. A autora ainda aponta que tal proposta de governo condizia com documentos elaborados pelo Banco Mundial (2004), que determinava “um modelo ideal para o ensino superior” (Idem, p. 246). Sendo assim, percebe-se que a sociedade se mobiliza em busca de frear as ações de fragmentação e sucateamento da universidade pública, mas que não alcança muitos resultados, pois o processo de privatização e desvalorização perdura durante os mandatos de FHC.

Dessa forma, a contrarreforma da educação superior nesse governo, representou a restrição da universidade ao ensino, ao desconsiderar as dimensões da pesquisa e da extensão, ignorando a interação entre esses elementos, estabelecendo-se a precarização do exercício da docência e a submissão da universidade ao capitalismo. (LIMA e PEREIRA, 2009).

A privatização do ensino superior realizada no governo de FHC perdura no governo de Lula. De acordo com Silva (2010), a política educacional adotada por esse governo não se diferenciou do ideário proposto pelo capital internacional, que possui como foco, o privilegiamento do âmbito privado para ampliação do ensino superior.

Lima e Pereira (2009) apontam que no governo de Lula (2003 – 2009) esperou-se que mudanças ocorressem quanto à privatização do ensino superior gestada no governo de FHC. No entanto, constatou-se que houve uma continuação da contrarreforma da educação, em curso desde o governo anterior, ao implantar um conjunto de medidas que representam o favorecimento do empresariado da educação superior.

Desse modo, o governo de Lula tem como um dos seus principais objetivos a firmação de parcerias com o setor privado para ampliação do ensino superior, ao aumentar as vagas



para inserção dos sujeitos nesse nível da educação, por meio do incentivo ao setor privado. Assim, instaurando a ideologia de que se faz necessária tal parceria para atender a demanda social, uma vez que somente o Estado não é capaz de suprir.

Em 2003, segundo Cislighi (2011), o Banco Mundial lança uma nova proposta, na qual a educação terciária é tratada como elemento central para obtenção de capital humano e social. O Brasil adota tal proposta adequando-a a realidade local considerando o “embate entre o projeto neoliberal hegemônico e o projeto dos sujeitos em defesa da universidade pública”. (Idem, p. 248). A autora cita como exemplo mais recente de contrarreforma da educação superior no governo Lula, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implantado em 2007.

No que se concerne ao Programa REUNI, Guerra (2010) aponta que o governo expande o número de vagas do ensino superior, mas sem investir na infraestrutura adequada, ocorrendo em alguns casos ausência de concursos públicos para docentes e técnico-administrativos. Logo, gerando problemáticas referentes às condições objetivas das universidades, exploração do trabalho, havendo uma preocupação com a produtividade, sendo ausentes ações voltadas para a qualidade da universidade pública.

Desse modo, são problemas que influenciam a universidade como um todo, que impedem a realização de formação adequada e que acarretam consequências negativas para as diversas categorias profissionais e para a sociedade. Circunstâncias que expressam o avanço da política neoliberal no Brasil, que determina a precarização da universidade pública, ausência de autonomia, exploração do trabalho docente e outras categorias profissionais, e adequação de currículos para atender as necessidades de reprodução do capitalismo, o que desconfigura o processo de ensino-aprendizagem.

3. DESAFIOS PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social é uma profissão que tem como projeto profissional a defesa da igualdade e da justiça social, assume papel fundamental no enfrentamento das diversas manifestações da questão social. Para tanto, se faz necessário profissionais qualificados para o seu exercício, capaz de compreender o processo de produção e reprodução das relações sociais.



Sendo assim, há cada vez mais a necessidade de profissionais crítico-reflexivos e propositivos para atuar no enfrentamento dos efeitos causados pelas determinações do capitalismo contemporâneo, especialmente no que diz respeito à intervenção do Estado, a qual se configura com políticas focalizadas e pontuais que representam um regresso quanto às lutas e conquistas sociais que se fizeram presentes na história brasileira. Dessa forma,

O que se pode apreender da maneira como a chamada questão social está sendo enfrentada é que o Estado, paralelamente à assistencialização das políticas sociais, de um lado, e da mercantilização e privatização, do outro, adota medidas repressivas de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. (GUERRA, p. 723, 2010).

Assim, o assistente social atua em um contexto emaranhado de conflitos, no qual tem que lidar com o regresso no que diz respeito à garantia de direitos, bem como na redefinição do papel do Estado implantada pelo neoliberalismo, que desvia o ideário de direito e inibe os movimentos sociais, os quais se fragmentam e não se percebem enquanto coletividade, aspectos que se fortalecem com a finalidade de preservar a classe dominante. Conforme lamamoto (2007, p. 181-182) aponta,

[...] O discurso neoliberal tem, pois, a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que é mais atrasado na sociedade brasileira – e daí seu caráter claramente conservador e antidemocrático: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a dimensão ética da vida social pela recusa da responsabilidade e obrigação social. (Grifos da autora).

Considerando essa conjuntura, são postas novas exigências para formação profissional e conseqüentemente para o exercício da profissão frente às determinações da política neoliberal. Logo, o processo de formação profissional do Serviço Social deve estar voltado para o desenvolvimento de capacidades que preparem o profissional para um exercício competente e comprometido com o seu projeto profissional. Essas novas exigências não se referem às condições estabelecidas pelo capital para atender suas necessidades de reprodução, mas para o profissional compreender a dinâmica social, buscando amadurecer sua criticidade e desenvolver novas habilidades para lidar com as implicações postas pelas mudanças sociais que ocorrem conforme o desenvolvimento capitalista.

No que se refere a essas mudanças sociais que acentuam a desigualdade e injustiça social, Koike (2009) aponta que a relação entre as transformações sociais e a necessidade de atualização e da formação profissional, por parecer tão óbvia, associa essa necessidade de imediato a questões como globalização, crise da modernidade, entre outros aspectos, ou



seja, concepções que não consideram o capital enquanto determinante dessa conjuntura e não percebem o trabalho como elemento central, sendo que há uma naturalização das mudanças sociais e camuflagem das suas contradições.

Tais circunstâncias são frutos do processo de mercantilização do ensino superior que tem se gestado no Brasil, no qual o acesso ao conhecimento deixa de ser vista na perspectiva do direito e passa a ser mercadoria, como se pode observar na discussão realizada anteriormente. Conjuntura esta que reflete diretamente no processo de formação do Serviço Social.

Vale considerar que a organização que tem sido realizada na universidade brasileira tem desprezado o tripé composto pelo ensino, a pesquisa e a extensão, indissociáveis e inerentes à formação profissional, resultando em um conhecimento desprovido de criticidade. No que se refere ao Serviço Social, isso reflete em prejuízos para o seu “acúmulo teórico-prático crítico”, que tem sido alvo do “capitalismo universitário”, que investe na descaracterização do seu projeto profissional. (SILVA, 2010).

Diante disso, torna-se claro o interesse constante em favorecer o mercado ao tratar a educação enquanto mercadoria, pois, o conhecimento se configura como uma forte estratégia, ao sucumbir sua função de desenvolvimento de capacidade crítica pelo sujeito e se tornar um instrumento de persuasão pela classe dominante.

Realidade esta, que o Serviço Social vivencia em seu processo de formação, no qual a categoria tem se deparado com a crescente oferta de cursos, surgindo desafios que impossibilitam o alcance de uma formação competente. Conjuntura decorrente da privatização do ensino superior, esta proveniente da política neoliberal implantada no Brasil. Considerando que,

No contexto em que proliferam cursos com finalidade empresarial, o princípio da flexibilidade curricular, traduzida em simplificação e aligeiramento do processo formativo, encontram respaldo nos pareceres emitido pelo órgão que coordena a política educacional, desconhecendo o projeto construído pela categoria profissional e suas entidades acadêmicas e organizativas. (KOIKE, 2009, p. 16).

Sendo assim, essa flexibilização curricular impulsiona a expansão da oferta de cursos de Serviço Social no âmbito privado, havendo um crescimento desordenado do número de indivíduos com formação em Serviço Social, considerando que os espaços sócio-ocupacionais não são capazes de absorver esse quantitativo, o que resulta em situação de desemprego desses indivíduos e formação de “exército de reserva”, acarretando na dificuldade da categoria em conquistar melhorias referentes às condições de trabalho e de remunerações, entre outros aspectos plausíveis de reivindicações.



Nessa perspectiva, Yamamoto (2008) aponta que essa recente expansão tem reflexos negativos para a política de formação acadêmica e conseqüentemente para a atuação profissional, uma vez que não houve o acompanhamento, por parte desses novos cursos, da construção e implementação coletiva das diretrizes curriculares. Sendo que essa predominância expressa a dificuldade dos docentes e pesquisadores em enfrentarem politicamente o debate relativo às implicações do ensino privado em Serviço Social.

Além disso, a autora destaca que há uma predominância de instituições privadas na realização de cursos de Serviço Social, sendo que a partir de 2006 se iniciou esse processo também na modalidade de educação à distância, utilizada com o objetivo de intensificar a lucratividade.

Destarte, essas circunstâncias podem resultar em profissionais despreparados para o exercício da profissão e descomprometidos com o projeto do Serviço Social, bem como desconhecem o seu significado sócio histórico e como se insere na divisão sócio técnica do trabalho, o que compromete o êxito do exercício profissional.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a discussão a respeito da precarização da educação, sobretudo a de nível superior, entende-se que a mesma é provocada pelas determinações neoliberais, que visam à acumulação de riquezas, percebendo na educação uma importante fonte para extração de riquezas e formação de profissionais para inseri-los no processo de exploração por meio da mais-valia, assim, influenciando na desregulamentação do trabalho.

Dessa forma, esses aspectos têm refletido de maneira negativa na formação profissional das diversas e distintas profissões, uma vez que a construção do conhecimento fica restrita a preparação para atender as necessidades do mercado, na qual não é tão enfático o desenvolvimento da capacidade crítica frente à realidade social, aspectos que deturpam o propósito social das categorias profissionais.

No que se refere ao Serviço Social não é diferente, pois, é no seu processo formação profissional, que o discente inicia a constituição de sua identidade profissional e este não sendo desenvolvido de maneira adequada, essas circunstâncias refletirão na atuação profissional, podendo ocorrer um exercício profissional desprovido de conhecimento que



articule as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, o que descaracteriza o projeto profissional do Serviço Social. Dessa forma, se torna nítida a necessidade de permanentes discussões voltadas para formação profissional como forma de enfatizar e manifestar a precisão de melhorias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNHEIM, Carlos Tünnerman; CHAUI, Marilena Souza. **Desafios da Universidade na sociedade do Conhecimento**. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001344/134422por.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2012.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contra-reforma do ensino superior: o impacto mais recentes propostas do governo Lula. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 105, p. 241-266, abr./jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a04.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2012.
- GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações dos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 104, p. 715-736, out./dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/08.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- KOIKE, Maria Marieta. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais** – Brasília: CFESS/ABEPSS. (Publicação: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. V. 1) Brasília, DF, 2009. Disponível em http://www.prof.joaoantas.nom.br/materialdidatico/material/5_-_Formacao_profissional_em_Servico_Social_exigencias_atuais.pdf. Acesso em 10 de maio de 2012.
- LIMA, Kátia Regina de Souza; PEREIRA, Larissa Dahmer. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. **Sociedade em debate**, Pelotas, 15 (1): 31-50, jan./jun. 2009. Disponível em revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/358/315. Acesso em 10 de maio de 2012.
- SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. IN: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n 103, p. 405-432, jul./set. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n103/a02n103.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2012.